

PARQUE TECNOLÓGICO DE PONTA GROSSA – REALIDADE OU PROMESSA?

Leonardo Zammar (UTFPR) zammarleonardo@gmail.com

Gilberto Zammar (UTFPR) zammar@utfpr.edu.br

João Luiz Kovaleski (UTFPR) kovaleski@utfpr.edu.br

Fanny Kovaleski (UTFPR) fannyk92@hotmail.com

Caio Cesar Bonfim (UTFPR) caiocesar.bonfim@yahoo.com.br

Resumo:

Este trabalho visa discutir o estado do parque tecnológico de Ponta Grossa, entender a situação atual e a perspectiva de total funcionalidade do mesmo. Parques Tecnológicos são instituições que se localizam na fronteira de dois mundos distintos, pois pretendem disponibilizar espaços que abrigam simultaneamente empresas de bases tecnológicas e inovadoras, reguladas pela lógica de mercado; e instituições de fomento, pesquisa, ciência e tecnologia que possuem políticas relacionadas à educação e produção do conhecimento científico. Estes parques deverão absorver e fomentar as incubadoras de empresas de base tecnológica, caracterizadas pela inovação tecnológica, pelo conteúdo tecnológico de seus produtos, processos e serviços, bem como pela utilização de modernos métodos de gestão. Este trabalho apresenta uma entrevista visando identificar os motivos que levaram o parque tecnológico de Ponta Grossa estar com o projeto paralisado, visto que, em partes, obedece aos requisitos a serem citados. Foram apresentados fatores importantes para a implantação de Parques Tecnológicos, tais como: Algumas Características: Foco, Gestão, Critérios de Admissão, Incubação, Posse do Terreno. Setores Presentes: Software, Telecomunicações, Ciências, Energia, Design, Tecnologia Ambiental, Novos Materiais. Na visão do entrevistado estes fatores são importantes, porém surgiu a necessidade de se implementar mais um fator que é o fator político, que pode ser o fator mais importante nesta discussão, necessitando de uma reorganização da lista de prioridades.

Palavras-chave: Parques Tecnológicos; Inovação; Fatores de sucesso.

Ponta Grossa Technological Park - REALITY OR PROMISE ?

Abstract

The article discusses the state of the Ponta Grossa Technological Park, understand the current situation and the prospect of full functionality of it. Technological parks are institutions that are located on the border of two distinct worlds, as intended to provide spaces that simultaneously home to companies of technological and innovative basis, regulated by market logic; and development institutions, research, science and technology that have policies related to education and production of scientific knowledge. These parks should absorb and foster incubators of technology-based companies, characterized by technological innovation, the technological content of their products, processes and services, as well as

the use of modern management methods. This paper presents an interview to identify the reasons why the Ponta Grossa Technological Park be with the project stalled because, in parts, meets the requirements to be cited. They were presented important factors for the establishment of technology parks such as: Some Features: Focus Management Admission Criteria, Incubation, possession of the land. Gifts sectors: Software, Telecommunications, Science, Energy, Design, Environmental Technology, New Materials. In the respondent's view these factors are important, but it became necessary to implement another factor is the political factor, which may be the most important factor in this discussion, requiring a reorganization of the priority list.

Keywords: Technological Parks; Innovation; Success factors.

1. Introdução

Os parques tecnológicos constituem empreendimentos imobiliários, geridos por especialistas, que viabilizam a criação de um ambiente de cooperação entre a iniciativa empreendedora e a comunidade acadêmica, visando fortalecer a capacidade de inovação e aumentar o bem-estar da comunidade onde estão inseridos.

A principal diferença entre um distrito industrial e um parque tecnológico é que este não constitui apenas uma área física delimitada onde diversas empresas podem ser instaladas, e sim, um ambiente de forte integração entre as universidades e instituições de pesquisa e as empresas ali instaladas, funcionando como um elo entre clientes e recursos humanos e tecnológicos das universidades. Os gestores dos parques tecnológicos são responsáveis por estimular a interação e transferência de tecnologia das instituições de pesquisa para as empresas e de manter a constante capacitação empresarial das firmas nele estabelecidas (ZAMMAR, 2011).

2. Desenvolvimento

O Parque tecnológico de Ponta Grossa é o resultado de um trabalho em grupo de pessoas que no ano de 2006 se reuniram e fundaram um movimento de apoio à criação e implantação do parque tecnológico de Ponta Grossa, chamado de Grupo Gestor do Parque Tecnológico de Ponta Grossa, que foi composto pelas seguintes entidades:

- a) Prefeitura Municipal de Ponta Grossa – PMPG;
- b) Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG;
- c) Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus de Ponta Grossa – UTFPR;
- d) Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Ponta Grossa – ACIPG;
- e) Coordenadoria Regional da FIEP;
- f) Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE;
- g) União Sistemas de Ensino – Faculdade União;
- h) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Ponta Grossa – CDESPONTA;
- i) Incubadora Tecnológica de Ponta Grossa – INTECPONTA;
- j) Núcleo Setorial de Tecnologia de Informação – NSTI;
- k) SEBRAE;
- l) Winner Chemical;
- m) Tetrapak;
- n) Jornal Diário dos Campos;
- o) Jornal da Manhã.

As quais enviaram representantes que emprestaram seus conhecimentos ao movimento a fim de criar uma agenda e despertar a sociedade para a importância da implantação do parque

tecnológico de Ponta Grossa em relação ao desenvolvimento da cidade, desenvolvimento de novas empresas de base tecnológica.

O Grupo Gestor desejava que o projeto se tornasse a base da consolidação de um Sistema Regional de Inovação, onde a criação, produção e comercialização de bens e serviços de base tecnológica passassem a representar importante componente da atividade econômica da região, integrada ao meio ambiente urbano e onde a pesquisa tecnológica oriunda do meio acadêmico se transforme em benefícios socioeconômicos para a população.

Desde a fundação do Grupo Gestor foram realizadas reuniões mensais com registros em atas, onde foram trocadas informações, foram feitas apresentações de experiências em parques tecnológicos e várias ações visando à implantação e o sucesso do parque tecnológico de Ponta Grossa.

Em 2009, foram feitas visitas aos parques tecnológicos de Campinas, São Carlos, Foz do Iguaçu, Cascavel e ao Porto Digital em Recife, a fim de buscar as experiências desenvolvidas nos parques destas cidades.

Estas ações culminaram em 2010 com a formação do CONDEPARQUE – conselho de desenvolvimento do parque tecnológico de Ponta Grossa, e a elaboração da lei de instituição do parque, onde foram definidas as diretrizes e normas de funcionamento do parque.

Porém até a presente data, outubro de 2014, efetivamente nada aconteceu, existe a doação 8 terrenos de forma oficial, com lei aprovada na câmara municipal e mesmo assim nada foi desenvolvido.

Daí surge a pergunta de partida contida no título deste trabalho – Parque Tecnológico de Ponta Grossa: Realidade ou Promessa?

Zammar 2011 apresenta os fatores de sucesso de parques tecnológicos, os quais são descritos a seguir.

2.1 Localização

Segundo Oliveira (2008), na discussão de questões estritamente físicas dos parques tecnológicos, a primeira e mais fundamental decisão é a localização. Em pesquisa realizada em 2007 pela IASP – Associação Internacional de Parques Tecnológicos – junto aos seus associados, o segundo fator mais citado como relevante para o sucesso de um parque tecnológico é a localização. Em outras palavras, é importante decidir qual será o terreno em que o parque tecnológico se constituirá.

O levantamento feito pela ANPROTEC mostra a localização dos parques brasileiros, onde 71% dos parques encontram-se nos centros urbanos e 29% próximos das cidades, indo de encontro com a pesquisa do IASP.

2.2 Presença da Incubadora

Quanto à presença da incubadora o levantamento mostra que em 76% dos parques tecnológicos existem atividades de incubação de empresas, fato este que é essencial para o sucesso de um parque, pois na própria definição de parque tecnológico existe a presença de uma instituição “âncora”, a universidade, pela presença dos pesquisadores, mas principalmente pela presença e desenvolvimento da mão de obra qualificada que será absorvida pelo parque.

2.3 Foco do Parque

A maioria dos parques, 61%, são relativamente especializados, priorizando no máximo 3 setores, fato que pode ser tomado como um fator de escolha para o industrial e o investidor na definição da região e do Parque que irá abrigar o seu empreendimento. Um Parque focado possui mecanismos de fomento bem desenvolvidos no foco, possibilitando muito mais oportunidades de sucesso, pois as experiências vão sendo continuamente aprimoradas e compartilhadas pelas empresas instaladas, criando um “Know How” neste foco.

2.4 Natureza Jurídica

Um dos maiores méritos da implantação de um parque tecnológico é com certeza o desenvolvimento regional que é alavancado, este pensamento e esta missão estão fortemente ligados às Prefeituras Municipais que buscam formas de direcionar investimentos visando o desenvolvimento regional.

Na primeira do levantamento, tem-se uma natureza jurídica privada em torno de 58% dos parques tecnológicos do Brasil, número que vai contra esta tendência das prefeituras. Porém em uma análise mais detalhada, viu-se que nestes 58% estão incluídas as Fundações e Agências de Fomento, que apesar de terem a Natureza Jurídica Privada, possuem como maiores acionistas, isto é, com poder de decisão, as próprias Prefeituras Municipais. Tornando assim estes números perfeitamente dentro da realidade instalada hoje no Brasil, onde quase 100% dos parques tecnológicos surgiram de uma iniciativa Pública.

2.5 Critérios de Admissão

Este fator se bem entendido e bem usado tem a função de diferenciar um Parque Tecnológico de um Distrito Industrial, fato que é primordial para o sucesso do Parque, pois a função destes empreendimentos é muito distinta desde a essência até a operacionalização.

A pesquisa mostra que 64% dos parques tecnológicos possuem como critério de admissão empresas que tenham atividades de inovação/pesquisa e desenvolvimento próprio e os 36% restantes proíbem a produção manufatureira.

2.6 Posse do Terreno

Neste fator tem-se 40% dos parques com a posse do terreno sendo do Setor Público, fato que é benéfico, pois evita a doação da área e um futuro mau aproveitamento do parque, onde nem toda área é utilizada, e uma vez feita a doação do terreno torna-se muito difícil a recuperação da quantia não utilizada, assim pode ser feita a locação do terreno e se locatário decidir não utilizar ou retirar-se do empreendimento, esta recuperação da área é automática.

2.7 Setores Presentes

Os setores presentes nos parques tecnológicos deveriam ser definidos no foco do parque. O gráfico 1 mostra os setores mais contemplados nos parques brasileiros podendo ser usado no momento de definição do foco, fato que pode ser escolhido 3 ou 4 setores conforme a região de instalação do parque. Nota-se que os setores de telecomunicações e informática dominam a base do gráfico com uma presença substancial nos empreendimentos.

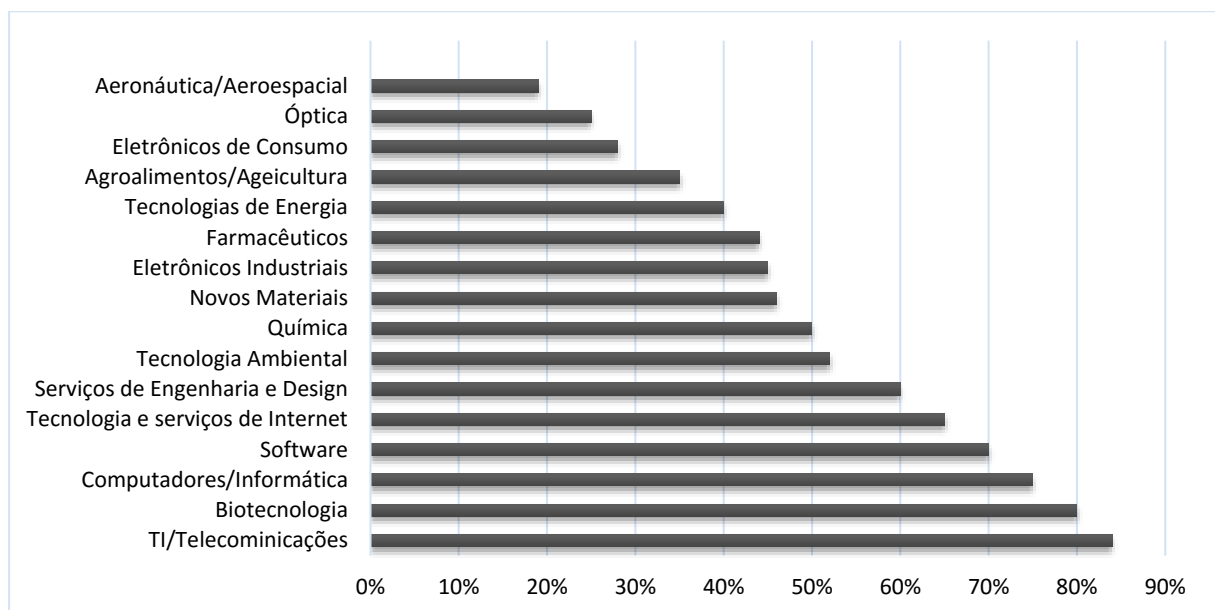


Gráfico 1 - Setores Presentes nos Parques Tecnológicos ZAMMAR (2011)

Zammar (2011) apresenta ainda uma classificação da prioridade dos fatores de sucesso, onde fica claro que a localização do terreno é o fator mais importante, mais significativo, então os esforços deverão ser direcionados para este fator.

Escolher a melhor localização, próximo a uma universidade é primordial para o sucesso do parque tecnológico.

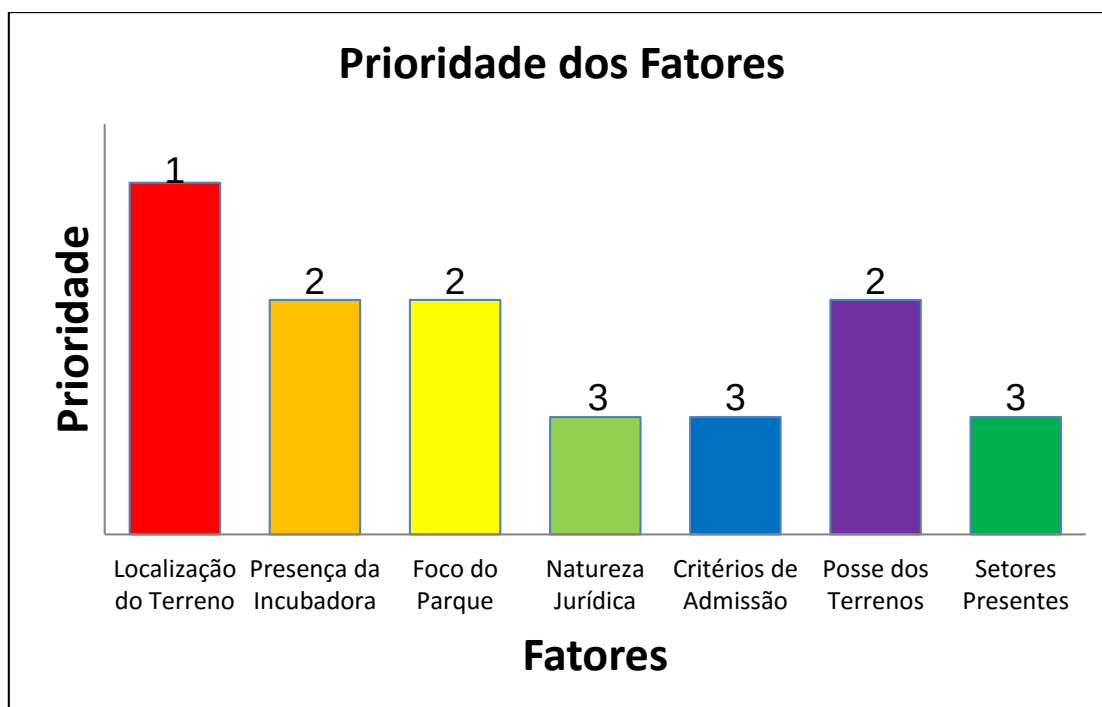


Gráfico 2 – Prioridade dos Fatores ZAMMAR (2011)

Zammar (2011) relata que quando foi estudado o fator localização do parque, já se tinha uma ideia desta importância, pois os valores do terreno para a implantação do parque são muito grandes, e isto já apontava para uma prioridade, porém agora está confirmada esta importância.

Se a oportunidade de participar do processo de implantação for alcançada, esta atuação deverá ser com certeza na escolha do terreno para a implantação do parque tecnológico (ZAMMAR, 2011).

Todos os esforços deverão ser feitos neste momento visando a instalação do parque o mais próximo possível de uma universidade que possa exercer o seu papel, que neste tipo de iniciativa, ficou comprovado que é imprescindível.

3. Metodologia

3.1 Classificação da Pesquisa

Considerando as classificações apresentadas por Miguel (2012), o presente estudo pode ser classificado:

- a) Quanto à natureza: pesquisa aplicada;
- b) Quanto à forma de abordagem do problema: qualitativa;
- c) Quanto aos objetivos: exploratória;
- d) Quanto aos procedimentos técnicos: estudo de caso.

Esta pesquisa se apresenta como aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos sobre o processo de implantação e desenvolvimento do Parque Ecotecnológico de Ponta Grossa.

Do ponto de vista de abordagem do problema, esta pesquisa é classificada como qualitativa, com foco nos processos de implantação, buscando a interpretação e o entendimento resultante da análise dos fatores de sucesso, o qual é objeto geral da pesquisa.

Quanto aos objetivos, esta pesquisa classifica-se como exploratória, uma vez que serão analisados os fatores e será feita uma análise dos mesmos.

Já em relação aos procedimentos técnicos, esta pesquisa de acordo com Miguel (2012), classifica-se como um estudo de caso, proporcionando vantagens por permitir um maior aprofundamento e análise dos dados. Esta análise possibilita amplo e detalhado conhecimento sobre o fenômeno, neste caso, os fatores de sucesso do Parque Ecotecnológico de Ponta Grossa – PR.

3.2 Coleta dos Dados

No planejamento inicial ficou determinado que o pesquisador realizaria entrevistas estruturadas com os membros empossados do CONDEPARQUE – Conselho de Desenvolvimento do Parque Ecotecnológico de Ponta Grossa – PR. Fato que se tornou impossível devido aos fatos que serão detalhados na sequência.

A lei municipal Nº 10.642, de 20/07/2011, dispõe sobre o funcionamento do Parque Ecotecnológico de Ponta Grossa - Professor Sérgio Escorsim, e dá outras providências, nomeia um conselho responsável pela administração do parque. Este conselho possui a seguinte composição no seu artigo 4º e 5º.

Artigo 4º:

O CONDEPARQUE será composto por 12 (doze) membros, e da seguinte forma:

I - 06 (seis) Representantes do Poder Público Municipal, sendo:

- a) Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Qualificação Profissional (Presidente nato);*
- b) Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia, da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (Vice Presidente);*
- c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Administração e Negócios Jurídicos - SMANJ;*
- d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento - SMP;*
- e) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças - SMF;*
- f) 01 (um) representante da Agência de Fomento de Ponta Grossa - AFEPON.*

II - 03 (três) Representantes das Instituições de Ensino Tecnológico, sendo:

- a) 01 (um) representante da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR/ Campus Ponta Grossa;*
- b) 01 (um) representante da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG;*
- c) 01 (um) representante do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais - CESCAGE.*

III - 05 (cinco) representantes das entidades civis de Ponta Grossa, sendo:

- a) 01 (um) representante da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP/Ponta Grossa PR;*
- b) 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa - ACIPG;*
- c) 01 (um) representante do Núcleo Setorial de Tecnologia da Informação – NSTI;*
- d) 01 (um) representante da Superintendência da Caixa Econômica Federal - Regional de Ponta Grossa;*
- e) 01 (um) representante da Associação Paranaense de Engenharia de Produção - APREPRO.*

Art. 5º *O CONDEPARQUE tem por finalidade:*

I - analisar e exarar parecer sobre os protocolos de intenções apresentadas pelas empresas para investimentos e projetos dentro da área do Parque Ecotecnológico, respeitada a legislação pertinente, para encaminhamento ao executivo para doação de área;

II - sugerir as normas de funcionamento do Parque Ecotecnológico, mediante prévio exame da área jurídica da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa;

III - propor os Planos Anuais de Trabalho a serem desenvolvidos no Parque Ecotecnológico, bem como os Relatórios Anuais e Prestação de Contas;

IV - propor a realização de convênios, contratos e parcerias a serem firmados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais para a execução de atividades no Parque Ecotecnológico;

V - sugerir alterações e reformar seu Regimento Interno, aprovado por Decreto do Prefeito Municipal mediante proposta do CONDEPARQUE;

VI - analisar e propor sobre concessão e renovação anual de incentivos as empresas instaladas;

VII - observar, no desempenho de suas atividades, as disposições do Regimento Interno, bem como os preceitos de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A partir da análise desta lei, o pesquisador passou a entrar em contato com os representantes das instituições contidas no Conselho afim de conhecer o conselheiro e poder dar prosseguimento na pesquisa. Durante este processo de pesquisa foi constatado que de todos os membros listados na referida lei, existia apenas um membro empossado, os demais membros, ou não haviam sido empossados ou em alguns casos não participavam mais da entidade a qual havia sido nomeado.

Para espanto do pesquisador, nem mesmo o presidente do conselho que é membro nato, existia, pois a Secretaria Municipal de Indústria Comércio e Qualificação Profissional ficou mais de um ano sem o Secretário da pasta e por consequência o Parque ficou sem o presidente do Conselho, indo de encontro ao título deste artigo ‘PARQUE TECNOLÓGICO DE PONTA GROSSA – REALIDADE OU PROMESSA?’.

Devido a estes fatos, foi realizada uma entrevista estruturada com o vice-presidente do CONDEPARQUE, o único membro do CONDEPARQUE que exercia seu mandato no conselho, a entrevista foi baseada nos fatores de sucesso do parque, apresentados no capítulo anterior, visando conhecer o histórico e entender os motivos que levaram a esta estagnação no projeto que possui um potencial enorme e na prática não avança.

4. Resultados e Discussão

O entrevistado mostrou um grande conhecimento do histórico e relatou com firmeza e riqueza de detalhes os fatos ocorridos nestes nove anos passados desde a criação do grupo gestor.

Ficou evidenciado que a descontinuidade política é um fator primordial, e o mesmo não consta no estudo feito por Zammar (2011), o entrevistado relatou que no início das discussões do grupo gestor, o representante do Departamento de Ciência e Tecnologia que era o representante da Prefeitura de Ponta Grossa não demonstrava nenhum interesse e demonstrava não conhecer o tema discutido.

Na sequência dos trabalhos houve uma mudança na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e no Departamento de Ciência e Tecnologia, e no período de 2009 a 2012 o projeto deslanchou, obteve-se um desenvolvimento notório no projeto e na parte legislativa.

Novamente se aproximava a troca do poder executivo (final de 2012). No ano de 2013 o novo prefeito deu continuidade ao projeto, onde foram feitos os desdobramentos da lei do Parque tecnológico e foram feitas 8 doações de terrenos aos futuros empreendedores de base tecnológica, os empresários de posse das leis de doação dos terrenos demonstraram interesse em iniciar as obras, porém o parque não apresentava nenhuma infraestrutura como arruamento, energia, fibra ótica, água, esgoto, etc. Fato que determinou um descontentamento geral.

Muitas reuniões foram realizadas com vistas a pressionar o poder público a fornecer as mínimas condições para o que projeto pudesse continuar.

Em 2014 houve uma ruptura com a estagnação total do projeto, na visão do entrevistado a prefeitura municipal vem demonstrando uma falta de sensibilidade com o assunto e o projeto está totalmente abandonado. Nenhuma iniciativa está sendo feita e existem empresas beneficiadas com um terreno no parque, que já construíram a sua sede em outro local, desistindo de aguardar a boa vontade do poder público.

5. Conclusões

Através da revisão de literatura pode-se verificar que um parque tecnológico é um ambiente ímpar, onde a convivência entre os atores envolvidos deve ser sempre estimulada, buscando derrubar as barreiras que cada entidade traz para o cenário em questão.

Fica a certeza que o projeto de implantação do Parque Tecnológico de Ponta Grossa deve ser encabeçado pelo poder público municipal, pois as decisões devem ser políticas visando à fixação dos alicerces do parque, afim de não ser interrompido o processo de implantação, pois as respostas serão em longo prazo e exigem o comprometimento por um tempo várias vezes maior do que um mandato político, assim o projeto deve ser consistente e a partir de um ponto, deve ser grande o suficiente para garantir a sua continuidade independentemente da facção política que assuma o comando municipal.

Também se faz necessário que membros da academia estejam atuando no poder público, exercendo um cargo na administração pública municipal, para proporcionar ao prefeito a correta visão da função do parque tecnológico, fazendo uma mescla entre a política e a função propulsora do parque tecnológico, evitando com isto que haja, por exemplo, estes gaps no desenvolvimento do parque.

Um fato importantíssimo levantado neste estudo é a questão de um novo fator, apresentado pelo entrevistado, que é o fator político, este fator é o principal fator responsável pelo andamento do projeto, portanto se trabalhos anteriores mostram 7 fatores primordiais de sucesso de um parque tecnológico, este estudo propõe a inserção de um oitavo fator e mais ainda, este fator seria o mais importante dentre eles.

Sugere-se um aprofundamento em relação a este fator e sua classificação dentre os outros fatores de sucesso de um parque tecnológico.

E finalmente, o parque tecnológico de Ponta Grossa continua sendo uma promessa, espera-se que esta situação mude o mais rápido possível, a fim de serem atingidos os objetivos propostos na lei de criação do Parque e do Conselho de Desenvolvimento do Parque Tecnológico de Ponta Grossa.

Referências

ANPROTEC - Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas. *Portfólio de parques tecnológicos do Brasil*. Brasília: Anprotec. 2008. 78p.

FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná. *XIII Sondagem industrial: A visão dos líderes industriais paranaenses*. 2008. 52p.

IASP (International Association of Science Parks) – <http://www.iaspworld.org>.

MIGUEL, P. A. C. *Metodologia da pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações*. 2a ed. Rio de Janeiro: Elsevier: ABEPRO, 2012.

OLIVEIRA, F. H. P. *O desafio de implantar parques tecnológicos*. Instituto Inovação, Belo Horizonte, 2008.

PLONSKI, G.A. *A cooperação empresa-universidade: antigos dilemas, novos desafios*. Revista USP. n. 25, p. 32-41, 1995

STEINER, João E. *Parques tecnológicos: Ambientes de inovação.* 2008 41 p.

ZAMMAR, G. KOVALESKI, J. L. GAIA, S. *Infraestrutura para Implantação de Empresas de Base Tecnológica – Parques Tecnológicos.* Espacios. Vol. 32 (1) 2011.